

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ARTHUR TAVARES MONTEIRO

VIOLÊNCIA E CONSERVADORISMO NO BRASIL
formas contemporâneas de produção do consenso e coerção

MACEIÓ-AL

2024

ARTHUR TAVARES MONTEIRO

VIOLÊNCIA E CONSERVADORISMO NO BRASIL
formas contemporâneas de produção do consenso e coerção

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de
Alagoas como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Aruã Silva de
Lima.

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Sâmela Rouse de Brito Silva – CRB-4 – 6023

M775v Monteiro, Arthur Tavares.

Violência e conservadorismo no Brasil : formas contemporâneas de produção do consenso e coerção/ Arthur Tavares Monteiro. – 2024. 63f. : il.

Orientador: Aruã Silva de Lima.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social: bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 54-63.

1. Liberalismo - Brasil. 2. Luta de classes. 3. Violência e conservadorismo - Brasil. I. Título.

CDU: 316.647.6(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTE: Arthur Tavares Monteiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 05/04/2024

Título: **VIOLÊNCIA E CONSERVADORISMO: formas contemporâneas de produção do consenso e coerção**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br ARUA SILVA DE LIMA
Data: 20/05/2024 19:18:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (ORIENTADOR)

Documento assinado digitalmente
gov.br ELAINE NUNES SILVA FERNANDES
Data: 21/05/2024 16:57:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elaine Nunes Silva Fernandes

Documento assinado digitalmente
gov.br KAMILA ALVES DUARTE
Data: 21/05/2024 08:34:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Kamilla Alves Duarte

À meu pai Paulo Moraes (*In memoriam*),
E minha filha Antônia, minha motivação.

De todo meu coração.

AGRADECIMENTOS

A todos e todas que me incentivaram a chegar até aqui.

A Deus, que me deu forças para superar diversos obstáculos, a superar a mim mesmo.

Aos meus Pais, que me deram a vida e ensinaram a vivê-la com dignidade.

À meu orientador, Prof. Dr. Aruã Silva de Lima, pelos momentos compartilhados e toda a atenção, em nosso grupo de pesquisa e na construção deste trabalho.

Aos meus Mestres, que, com toda dedicação, passaram-me seus conhecimentos. Às Profa. Dra. Elaine Nunes Silva Fernandes e Profa. Kamilla Alves Duarte por aceitarem compor a banca examinadora;

Hoje, enfim, me situo em um ponto de chegada e, especialmente, em um ponto de partida.

“Deixe-me dizer-lhe, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor”

(Che Guevara)

RESUMO

O trabalho discute o movimento de avanço das agendas conservadoras que se manifesta nos aspectos e interesses do conservadorismo em sua estrutura política neoliberal para entender a dinâmica da luta de classes no âmbito do enfrentamento ideológico. Com o objetivo de compreender a dinâmica da ordem, assim chamada, liberal e sua influência no debate político-ideológico brasileiro. Fazer a caracterização das relações entre as demandas econômicas neoliberais, investigar os vínculos entre as forças de repressão estatais e os veículos de produção de consenso.

Sendo assim, buscamos discutir o contexto de avanço do conservadorismo no Brasil a partir de sua formação sócio histórica. E a partir dessa perspectiva destacamos a relação intrínseca entre os fenômenos de criminalização da pobreza, naturalização das expressões da questão social, violência estrutural e a atualização da dominação burguesa no Brasil. Entendendo que a exploração desses conceitos na estrutura política neoliberal é fundamental para que possamos debater a dinâmica da luta de classes e as efetivas condições de luta hegemônica no Brasil contemporâneo.

Para analisar tais questões utilizou-se de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e uma orientação a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Importante destacar que o debate sobre as particularidades do Brasil, sua política econômica, seu contexto histórico e social é indispensável para o Serviço Social visto que se trata de complexos sociais que indicam demandas particulares ao profissional.

Palavras-chave: violência; conservadorismo; neoliberal; luta de classes; Brasil.

ABSTRACT

The work discusses the movement towards the advancement of conservative agendas that manifests itself in the aspects and interests of conservatism in its neoliberal political structure to understand the dynamics of the class struggle within the scope of ideological confrontation.

To analyze this issue, bibliographical research of a qualitative nature and guidance from the perspective of historical-dialectical materialism were used.

Therefore, we seek to discuss the context of the advancement of conservatism in Brazil based on its socio-historical formation. And from this perspective, we highlight the intrinsic relationship between the trends of criminalization of poverty, naturalization of expressions of social issues, structural violence and the updating of bourgeois domination in Brazil. Understanding that the exploration of these concepts in the neoliberal political structure is fundamental so that we can debate the dynamics of the class struggle and the effective conditions of hegemonic struggle in contemporary Brazil.

It is important to highlight that the debate on the particularities of Brazil, its economic policy, and its historical and social context is indispensable for Social Work since it involves social complexes that indicate particular demands on the professional.

Keywords: violence; conservatism; neoliberalism; class struggle; Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA E A VIOLÊNCIA NO BRASIL	16
2.1	A natureza de classe do Estado	18
2.1.1	Criminalização da pobreza	25
3	PRINCIPAIS ASPECTOS E INTERESSES DO CONSERVADORISMO EM SUA ESTRUTURA POLÍTICA NEOLIBERAL	29
3.1	Naturalização das expressões da questão social	33
3.2	Dinâmica da luta de classes no âmbito do enfrentamento ideológico	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Dados sobre a composição da bancada ruralista por partido político.....	20
Tabela 2	- Dados de violência contra defensores dos direitos humanos no Brasil.....	30
Tabela 3	- Na sua opinião, notícias sobre violência ajudam a vender jornais?"	44
Tabela 4	- Dados de intolerância no Brasil, nos anos de 2016 e 2017.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Dados de composição parlamentar da bancada ruralista.....	19
		26
Gráfico 2	- Comparativo dos itens da escala de exclusão social entre pessoas em situação de pobreza e fora dela.....	
Gráfico 3		
Gráfico 4	- Número de pessoas mortas por policiais em serviço e fora de serviço....	24
Gráfico 5	- Tipos de violência.....	35
	- “Na sua opinião, notícias sobre violência ajudam a vender jornais?”.....	46

1 INTRODUÇÃO

A motivação do trabalho surgiu do contato com o grupo de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, onde atuei como aluno(a) de iniciação científica, na modalidade VOLUNTÁRIO (IC) (IC), no projeto PVSS1327-2022 - Crise e luta hegemônica no Brasil: a Nova República sob os prismas de Gramsci, durante o período de 6 de Setembro de 2022 a 31 de Agosto de 2023. Onde, pude fazer o aproveitamento das anotações feitas no decorrer desse período.

Os termos “conservadorismo e violência” apresentam várias interpretações, aqui destacamos sua vinculação com as formas contemporâneas de produção do consenso e coerção. Partindo da investigação dos fenômenos de criminalização da pobreza, naturalização das expressões da questão social, violência estrutural e a atualização da dominação burguesa no Brasil. Compreendendo a complexidade dos conceitos, não é do interesse deste trabalho buscar esgotá-los, mas abrir as possibilidades para os debates com outros prismas analíticos e interpretativos.

O trabalho tem como objetivo compreender a dinâmica da ordem, assim chamada, liberal e sua influência no debate político-ideológico brasileiro. Fazer a caracterização das relações entre as demandas econômicas neoliberais, investigar os vínculos entre as forças de repressão estatais e os veículos de produção de consenso.

Partimos da compreensão de que “a proliferação da violência não representa uma mera consequência da criminalidade, mas esboça, antes de qualquer coisa, a estrutura constitutiva da sociedade brasileira.” ANDRADE (2018). Sendo assim, iniciamos o texto com uma introdução à formação sócio histórica brasileira contemplando o conservadorismo clássico e sua transição para a contemporaneidade, fazendo uma interlocução com a natureza de classe do Estado e a criminalização da pobreza. O Estado ao qual nos referimos se apoia na compreensão de Marx sobre o Estado capitalista, cujos interesses defendidos não são aqueles correspondentes a toda a população, mas especialmente os interesses de propriedade privada. Representa uma “[...] instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (BOTTMORE, 1988, p. 218).

Em seguida, apresentamos os principais interesses da corrente conservadora em sua estrutura política neoliberal e seus aspectos teóricos e políticos, para compreensão dos fenômenos da naturalização das expressões da questão social e a dinâmica da luta de classes no âmbito do enfrentamento ideológico. Orientando-se na perspectiva teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético.

2 FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA E A VIOLÊNCIA NO BRASIL

Para que possamos refletir sobre a formação sócio histórica e a violência no Brasil é necessário que retornemos ao nosso passado e façamos isso buscando compreender as origens históricas do Brasil, a começar pelo regime político colonial onde

Os fatos históricos e os modelos políticos apontam para a existência marcante de violência desde o momento em que Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil até a instauração do governo geral, em 1549. De fato, foram muitas as formas de violência vivenciadas no período colonial, onde nossa sociedade dividia-se em homens livres e escravos, grandes proprietários de terra e subalternos, populações indígenas e povos sendo fortemente catequizados, colonizadores e colonizados. (CADEMARTORI, 2012, p.398).

Da mesma forma, pode-se citar outros confrontos de revoltas populares marcados pela violência e protagonizados por negros, índios, caboclos, mestiços e pobres livres; como a Cabanagem, a Sabinada e a Guerra dos Farrapos. O que de fato pretende-se ressaltar aqui são as características desses conflitos, que demonstram

[...] uma reação que provoca com violência a própria violência sofrida, tendo como fórmula para se chegar a essa reação agressiva e impetuosa a soma de vários fatores, tais como: sentimentos de insatisfação diante da desigualdade social, a frustração de direitos fundamentais, condições de exclusão social, o apagamento da violência sofrida, rejeição de direitos básicos, criminalização de sua cultura, perseguição e demonização de etnias. Fatores esses que podem agravar essas condições e facilitar o consenso em torno de culturas de violência, reforçando os comportamentos antissociais. (TEIXEIRA, 2022 P.121)

Segundo Andrade (2018), a história do Brasil é uma história de apagamento da violência, de não registro dela. E conforme Assunção (1998), as histórias só foram contadas “[...] por informantes alfabetizados que reproduziam a versão dos livros, mas não sobreviveram na memória oral. A historiografia conservadora é a que mais insiste na caracterização dos rebeldes como cruéis "facínoras" ávidos de sangue.”

Enquanto a historiografia conservadora lamenta as atrocidades dos rebeldes como calamidades naturais, flagelos divinos ou simplesmente o resultado da barbaridade da ralé, a liberal insiste mais sobre as causas concretas que provocaram as atrocidades dos rebeldes. [...] Não quero negar aqui que os rebeldes tenham matado e saqueado. Mas é preciso colocar estas ações no seu contexto, para ultrapassar o lamento sobre os "costumes bárbaros" ou os "instintos grosseiros" tão comum na historiografia clássica sobre a Balaiada (ASSUNÇÃO, 1998, p.80)

Frantz Fanon em *Os condenados da Terra* (1961) afirma categoricamente que a “descolonização é sempre um fenômeno violento” (p. 51), identifica que os antagonismos que geram a situação colonial e que a partir dos enfrentamentos se dão por todos os meios, inclusive o da violência, pois:

“O colonizado que decide realizar esse programa, que decide fazer-se o seu motor, está preparado desde sempre para a violência. Desde o seu nascimento, está claro para ele que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta” (Fanon, 2002, p.53)

Essa relação de dominação reflete hoje uma situação de violência estrutural, onde acabamos não percebendo, “está tão entranhada em nós essa segregação onde os diferentes, os pobres, as mulheres e os negros são os mais hostilizados, os maiores culpados e os que recebem as piores fatias de violência” (CADERMATORI, 2012). Joel Birman (2006) nomeia esta problemática de mal-estar na brasilidade. Na sua concepção

[...] o mal-estar na brasilidade se deve à distribuição díspar do gozo, tendo em vista a adesão do Estado ao neoliberalismo, o que piorou o mal-estar já existente no Brasil, reflexo do passado sombrio da escravidão e do massacre dos povos indígenas. Assim, ao aderir ao capitalismo e a lógica patrimonialista, cujas consequências refletem na concentração do gozo, as autoridades estatais brasileiras acabam assumindo posturas agressivas e ostensivas. Estamos, portanto, diante de uma autêntica estrutura estatal genocida para com as classes populares. Genocídio este que gerou uma verdadeira guerra civil desorganizada, que tem como consequência direta o elevado índice da mortalidade da população negra e das classes mais miseráveis. (DANFA, 2020, p.8)

Fanon acredita que os atos violentos fazem parte do colonizador europeu e da sua própria cultura (Fanon, 2005). Ele afirma:

A violência com o qual se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa contrapartida, o colonizado tenha um riso irônico quando se evocam diante dele esses valores (Fanon, 2005, p. 60).

Andrade (2018) destaca ainda que, “na Nova República, a violência não se apresentará de forma legitimada pelo Estado, uma vez que a Constituição de 1988 – a Constituição Cidadã – pauta-se nos direitos humanos. Contudo, com o neoliberalismo e as privatizações esse período histórico é marcado pelos protestos e a repressão violenta da polícia. Além disso, cresceu-se a desigualdade, a pobreza e a violência.”

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos. (BARROCO, 2007, p. 626)

E Fanon acrescenta:

Durante séculos, os capitalistas se comportaram, no mundo “subdesenvolvido”, como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, os escravismos foram os meios utilizados pelo capitalismo para aumentar as suas reservas de ouro e diamantes, suas riquezas, e para estabelecer a sua potência (Fanon, 2005, p. 121).

Casara (2017) demonstra as maneiras nas quais a lógica de produção acaba por ser priorizada ao papel do judiciário como garantidor do Estado Democrático de Direito, demonstrando como em prol de um maior número de punições e prisões, os direitos básicos acabam por serem deixados de lado (evidenciando a natureza de classe do Estado). É dentro dessa lógica que o conceito que deveria basear todo o direito – a pressuposição da inocência – é apenas secundário à imagem da efetividade, essa mesma criada pelo combate à violência (tendo em sua principal característica a criminalização da pobreza). É pautado nessa produtividade do judiciário contra a violência que se apresenta o argumento de Tavares (2018) de que qualquer ordenamento é preferível a desordem. Tal pontuação oferece a pista que faltava para uma compreensão acurada quanto à importância da violência dentro do neoliberalismo.

2.1 A natureza de classe do Estado.

Segundo Andrade (2018), “o Estado nasceu das lutas de classe e é sempre um instrumento da classe mais poderosa, daquela que domina economicamente e que, por intermédio dele, exerce também o domínio político para explorar e reprimir as revoltas das classes oprimidas.”

Poulantzas (1980) reitera que “o Estado é o lugar de organização estratégica das classes dominantes em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder”. Na teoria política, como em boa parte da teoria política

marxista, o poder, a violência (repressão) e o Estado aparecem estritamente relacionados. Lopes (2007) ressalta que “Nas formas de poder e domínio das sociedades modernas os vários procedimentos de criação de consenso (produzidos em grande parte pelos aparelhos ideológicos) desempenham o papel principal, mas a violência física continua a ser o elemento central e determinante do poder político. Segundo Poulantzas...

[...] a violência física monopolizada pelo Estado sustenta permanentemente as técnicas do poder e os mecanismos do consentimento, está inscrita na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos, e molda a materialidade do corpo social sobre o qual age o domínio, mesmo quando essa violência não se exerce diretamente. (POULANTZAS, 1980, p.79)

Sendo assim, podemos entender a repressão policial como o “braço armado do Estado” com o objetivo de manutenção da ordem vigente. BRAVO (2011) ressalta que “a sociedade política é constituída por instituições e mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legítimo da violência e da coerção. Os seus portadores materiais são os aparelhos repressivos do Estado.”

O conceito de violência muda completamente quando é exercido pelo Estado ou atribuído a manifestantes em reivindicação de direitos, exemplificando formas de criação do consenso e utilização de aparelhos ideológicos. De acordo com Carlos Nelson Coutinho , [...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção”(COUTINHO, 2006, p.36)

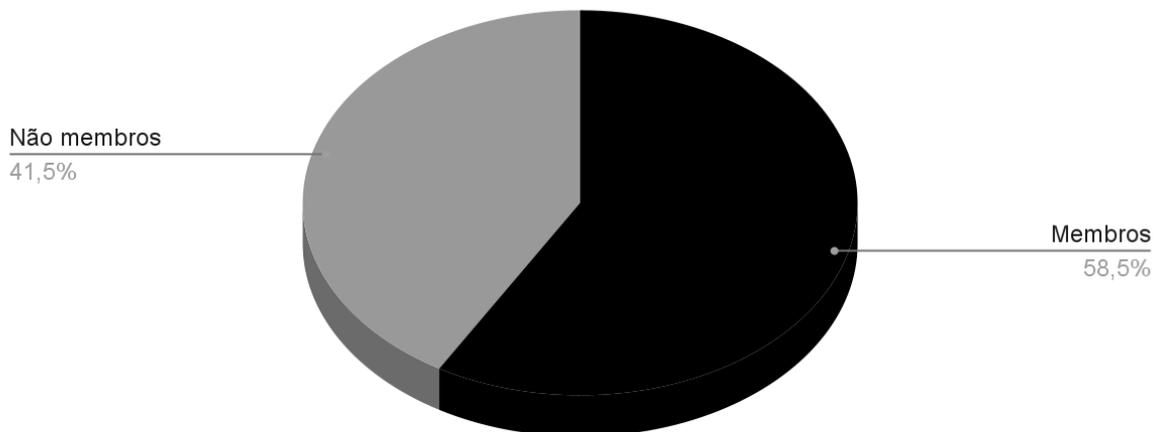
A natureza de classe do Estado se expressa em todo o seu arcabouço material para garantir o controle das classes dominadas através de “mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação, que assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas” (POULANTZAS, 1980, p. 164).

Portanto, o Estado é o espaço de correlações de forças, entre as lutas populares que se materializam de maneira específica, “sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes” (POULANTZAS, 1980, p. 164). Nesse sentido, SANTOS (2021) ressalta que a inscrição das lutas populares no Estado não significa que, através do domínio deste, a condição de classe dominante será superada, como se no Estado predominasse uma disputa igualitária entre o poder da classe dominante e o da classe dominada.

Visto isso, é certo que, a reprodução do senso comum de que "o privado é melhor que o público!" por exemplo, é feita por interesses políticos econômicos neoliberais de "estado mínimo", mas a disseminação da ideia de Estado é ineficiente, incompetente ou mal gerido é uma forma de manipulação do senso comum para se chegar o mesmo objetivo. Pode-se perceber esse fato ao questionarmos qual a natureza do Estado e quais os interesses de quem o gerencia. Um exemplo disso é justamente a representação parlamentar no congresso em 2023 como mostra os dados abaixo:

Gráfico 01 - Dados de composição parlamentar da bancada ruralista.

Bancada ruralista avança avançando para 58% da câmara de deputados federais



Fonte: De olho nos ruralistas (2023)

Com 300 membros em uma casa de 513 deputados, a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA corresponde hoje a 58% da composição total da Câmara. E "historicamente, a bancada ruralista vota em bloco nas pautas fundiárias, contra os

indígenas e contra o ambiente”. O PL elegeu 99 deputados em 2022. É a maior bancada eleita na Câmara em 24 anos. Em 2018, quando o PL ainda era Partido da República (PR), foram 33 deputados eleitos. Na legislatura passada, após mudar de nome, filiar Bolsonaro e receber muitos parlamentares migrados do PSL, o partido chegou a ter 43 representantes na FPA da Câmara.

Tabela 01 - Dados sobre a composição da bancada ruralista por partido político.

Face da bancada ruralista	
PL	77
UNIÃO BRASIL	47
PP	42
PSD	26
REPUBLICANOS	26
MDB	24
PSDB	10
PDT	9
PSB	7
PT	7
PODEMOS	6
CIDADANIA	3
PATRIOTA	3
PSC	3
PV	3
AVANTE	2
NOVO	2
SOLIDARIEDADE	2

PCDOB	1
-------	---

Fonte: De olho nos ruralistas (2023)

A maioria da nova diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária é da ala bolsonarista do PL. Com os deputados do União Brasil e PP, eles compõem mais da metade da FPA, que tem adesão recorde nesta legislatura; Senado também ganha mais ruralistas (DOSSIÊ, Souza, 2023).

Além dos parlamentares representantes da bancada ruralista, ainda existe a “bancada da bala, da bíblia e dos bancos”. Dito isso, a narrativa do senso comum não se sustenta, porque o Estado é eficiente, ágil e generoso, não para o trabalhador, mas para manutenção de privilégios de classes. O Estado é construído para que a classe dominante e suas categorias sejam representadas.

Um exemplo prático dessa representação está no Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, BUZATTO (2016), que destaca a “tramitação da PEC 215/00 e de outras proposições legislativas anti-indígenas, parlamentares da bancada ruralista, dirigentes de sindicatos rurais patronais e associações de produtores de commodities agrícolas espalham o ódio e o terror contra os povos e suas comunidades.”

Ainda no documento “Pauta Positiva – Biênio 2016-2017”.¹⁶, a bancada ruralista e o IPA apresentam “propostas extremamente agressivas aos direitos dos povos indígenas, de outras populações tradicionais, dos camponeses e trabalhadores contratados do campo, em prol dos interesses da elite agrária e das grandes corporações nacionais e multinacionais ligadas ao agronegócio” (BUZATTO, 2016)

Em nota a Fundação Nacional do Índio - Funai ressalta que “a PEC 215/00 afronta a cláusula pétrea contida no artigo 60 da Constituição de 1988, ao tentar abolir direitos e garantias individuais de toda a sociedade. Caso se concretize, sua aprovação representará um grave retrocesso para a democracia, a sociedade e os povos indígenas do Brasil.”

BUZATTO (2016), ainda aponta que “os resultados desse processo estão sendo colhidos, principalmente, na forma de assassinatos de lideranças indígenas que lutam pela demarcação.” Ressalta ainda que...

Os responsáveis diretos por esse conjunto de violações contra os povos e seus direitos são vinculados a diferentes ramos da economia, de modo especial, à indústria da mineração e ao agronegócio, ambos com forte viés à exportação de produtos primários. Entre os principais atores político- -econômicos que atuam organicamente no ataque aos povos e seus direitos estão a Frente Parlamentar Agropecuária – a chamada bancada ruralista [...] (BUZATTO, 2016, p.32)

Para se entender a dinâmica da luta de classes no âmbito do enfrentamento ideológico é fundamental observarmos não somente as determinações históricas mas também os seus significados, incluindo a percepção de objetivações e atuação do próprio Estado.

Consequimos ainda, desenvolver um exemplo prático ao abordarmos conceitos do senso comum de ineficiência do Estado com o sistema público de ensino insuficiente e sucateamento do SUS. Darcy Ribeiro denunciou, na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977, o seguinte: “Em consequência, a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos.” (RIBEIRO, 1986, p. 20) Portanto não se trata de que o Estado não funcione direito, mas o estado funcionando para garantir os interesses dos planos de saúde privados e que as instituições privadas de ensino continuem lucrando.

SAMPAIO (1999) ressalta que no “Brasil, mantem-se a perspectiva de poder privado no Estado, na qual o privado se faz presente dentro do público, estando as duas esferas imbricadas numa lógica de dominação política, social e econômica”.

Um dos principais intérpretes da formação econômico-social brasileira responsáveis pela formulação teórica da tese sobre a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil é Nelson Werneck Sodré ([1964] 1983). Para o autor, em seu livro História da burguesia brasileira ([1964] 1983), “a gênese da burguesia em nosso país teria ocorrido durante a segunda metade do século XIX, sob as bases da economia agroexportadora do café já na fase imperialista do capitalismo.” (ROCAMORA, 2022). No capitalismo, “o Estado capitalista constitui a burguesia como classe dominante”.

Isso significa que este “tem uma natureza de classe”, que está inscrita na sua materialidade institucional, não sendo, portanto, um apêndice de dominação situado fora do sistema (POULANTZAS, 1980, p. 144-145).

No capitalismo, cabe reiterar, o Estado oculta seu caráter de classe, apresentando-se como um Estado de todos e promotor do bem comum. Isso se deve às características das relações produtivas desse sistema, marcadas por uma relativa separação entre a esfera política e econômica, como consequência do relativo afastamento do Estado dos meios de produção e das relações produtivas, desenhando um modelo político que parece distanciado das relações econômicas e das lutas de classes.(SANTOS, 2020, p.100)

Além de ocultar seu caráter de classe, SANTOS (2021) ressalta ainda que, “embora o Estado seja permeável às lutas populares, ele não sucumbe a elas; não rompe com a sua natureza de classe, posto que a tem na sua materialidade institucional.”

AMARAL e PERUZZO (2021), ressalta que “estas lutas são uma mediação importante para a superação do capitalismo e da sua forma política, na medida em que for desalienada das relações de dominação ideológicas, educativas e morais, que resguardam este sistema.” Por isso, Marx defendia a “desalienação da sociedade civil [para que esta possa] levar à extinção do Estado, extinção que é entendida como recuperação pela sociedade dos poderes alienados por aquele”. (ACANDA, 2006, p. 138).

Entretanto, ainda que exista uma correlação de forças dentro do Estado em favor das classes populares, o domínio da classe burguesa se restabelece e a solução para isso não se encontra na tomada dos aparelhos de Estado pelas massas populares, uma vez que a presença destas classes no Estado não modifica a sua natureza de dominação de classes. A ação das massas populares no seio do Estado é condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante, já que o “Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas”. (POULANTZAS, 1980, p. 169).

Mesmo assim, o Estado, como relação social é um espaço favorável de relações de forças (GRAMSCI, 2016), pois é por meio das relações de forças no Estado que se torna possível desenvolver estratégias que transcendam uma situação política e econômica objetiva, ou melhor, mesmo situado na realidade objetiva do domínio econômico, é preciso transcender a esse imediatismo, criando relações de forças e políticas favoráveis à ação revolucionária (AMARAL e PERUZZO, 2021).

2.1.1 Criminalização da pobreza.

O processo de estigmatização e de criminalização com a construção da noção de “classes perigosas” é resultado do processo de desenvolvimento do racismo e da violência estrutural no Brasil. Portanto,

A reflexão sobre o fenômeno da criminalização exige uma contextualização histórica, observando os mitos que fundamentam essa ideologia, como o mito das classes perigosas que contribui na consolidação do medo social e da atribuição ao jovem, negro, pobre e da periferia o status de criminoso e sua culpabilização como principal condutor da violência [...] (CARLOS, 2018, P.2)

Parte do mesmo princípio já debatido aqui por Fanon, que retrata basicamente a inversão de papéis, que o Estado em seu aparelho repressivo, transfere o status de “violento” para o objeto de sua ação violenta. É importante nesse sentido, considerar que, “[...] devido ao caráter de classe das relações sociais, a cultura dominante é a cultura da classe dominante.” (MARTINS, 2014, p.74) e para uma leitura objetiva da realidade, é necessário ter antecipadamente a concepção de que “[...] A ação pedagógica reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possui o sistema educativo dominante e o monopólio da violência simbólica legítima.” (STOER, 2008, p.86).

GRAMSCI (2016) aponta que “na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica”.

Esse fenômeno tem apoio principalmente nos meios de comunicação, além de ser um processo intrinsecamente político. Segundo Barros (2011) “A criminalização da pobreza é também intrinsecamente ligada ao recrudescimento da exclusão social causada pela implementação do neoliberalismo”.

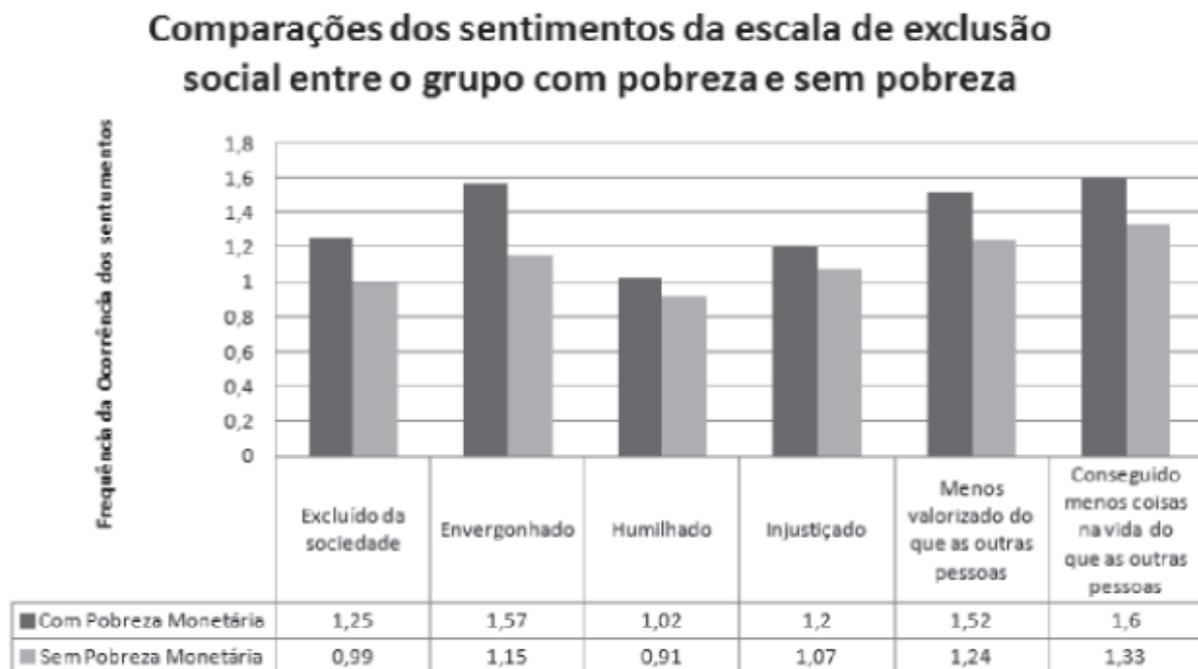
XIMENES, NEPOMUCENO, CIDADE e JÚNIOR (2016) fizeram uma pesquisa sobre sentimentos de exclusão social, onde foram comparados os níveis de “satisfação com a vida das pessoas em situação de pobreza e das pessoas que estão fora dessa situação.” Chegando a conclusão de que as pessoas em situação de pobreza têm uma média de satisfação mais baixa do que aquelas pessoas que estão fora dessa situação.

“verifica-se que o fato de uma pessoa se sentir menos valorizada do que outras e perceber que conseguiu menos coisas na vida do que os outros indivíduos tem um impacto negativo no Bem Estar Subjetivo (BES), tanto no grupo em situação de pobreza quanto entre as pessoas que não estão nessa

situação [...] Todos os itens da escala de exclusão social, que estão vinculados a aspectos negativos, têm médias mais elevadas para as pessoas em situação de pobreza. No entanto, aqueles que têm diferenças significativas são: 'excluído da sociedade', 'envergonhado', 'menos valorizado do que as outras pessoas' e 'conseguido menos coisas na vida do que as outras pessoas' (XIMENES, NEPOMUCENO, CIDADE e JÚNIOR, 2016, p. 37).

Em uma pesquisa realizada com pessoas em situação de pobreza, Heim, Hunter e Jones (2011) apontam os processos de discriminação relacionados à pobreza.

Gráfico 02 - Comparativo dos itens da escala de exclusão social entre pessoas em situação de pobreza e fora dela.



Fonte: Pelos próprios autores.

XIMENES, NEPOMUCENO, CIDADE e JÚNIOR (2016), ressaltam que “essas variáveis, além de estarem relacionadas a uma realidade concreta de privação, podem

também estar vinculadas a um processo de estigmatização da pobreza.” Segundo PRILLELTENSKY (2008), “a pobreza funciona como uma estratégia opressora de enfraquecimento da capacidade de agência dos indivíduos mais pobres, situando-os em uma posição de marginalidade e inferioridade.” MOANE (2003), acrescenta ainda, que “as pessoas em situação de pobreza, em suas constantes interações sociais, passam a reconhecer-se como inferiores por conta de sua situação em comparações com outros indivíduos fora do estado de pobreza.” Ximenes, Nepomuceno, Cidade, Júnior (2016), destaca que...

É importante salientar também que esses resultados [...] apontam que há uma situação mais intensa de privação naqueles mais vulneráveis dentro de uma população pesquisada que já vive em condições adversas principalmente relacionadas ao bem estar subjetivo e aos sentimentos de exclusão social. No entanto, também se verifica que alguns mitos podem ser questionados, como os mais pobres entre os vulneráveis serem mais fatalistas e considerados como portadores de uma moral utilitarista. Com os dados encontrados, a agência dos indivíduos mais pobres é mais intensa, podendo estar relacionada a uma responsabilidade sobre si mesmos como agentes de mudança sobre suas vidas e sobre a realidade que os cerca, como no caso do dilema moral vinculado ao festejo comunitário.

A característica de discriminação relacionados à pobreza apontada pela pesquisa realizada por Heim, Hunter e Jones (2011) reforça o processo de marginalização da classe subalterna e a consequente criminalização. Esse processo ainda é impulsionado pela implementação da ideologia neoliberal conforme reforça Barros (2011)...

[...] processo de estigmatização e de criminalização por que tem passado essas famílias pobres, e o qual muitas vezes tem o respaldo dos meios de comunicação, passa pelo não reconhecimento desta sociabilidade enquanto legítima, além de ser um processo intrinsecamente político. A criminalização da pobreza é também intrinsecamente ligada ao recrudescimento da exclusão social causada pela implementação do neoliberalismo. (BARROS, 2011, p. 56)

Para compreender a ofensiva neoliberal é imperativo desvelar os interesses do conservadorismo e tomar um viés crítico, que leve em conta os aspectos políticos, econômicos e sociais permeados pelos processos que engendram a naturalização das expressões da questão social. LEMOS (2015) destaca que “a violência vivenciada na sociedade é marcada pela desigualdade e pela exclusão dos mais pobres, assumindo proporções alarmantes, pois, vai além dos atentados cometidos contra a propriedade privada, a violência é praticada e legitimada pelo Estado.” A criminalização das classes subalternas, segundo Duriguetto (2017)

[...] constitui ações sociopolíticas orquestradas do Estado como respostas às expressões das desigualdades sociais acentuadas pelas ofensivas do capital para recuperação dos processos de sua expansão e valorização. E a mídia tem papel fundamental na construção do medo social para legitimar a violência do Estado no combate ao crime. (Duriguetto, 2017, p.106)

Carlos (2018) ressalta que "Um dos reflexos da política neoliberal é a ausência do Estado diante as questões sociais, aparecendo em seu aparato coercitivo." De acordo com LEMOS (2015, p. 71) "Nas últimas três décadas, o Estado social vem sendo substituído progressivamente por um Estado Penal que trata as demandas sociais via repressão e marginalização dos pobres".

É importante salientar que a afirmação de que a violência perpassa a história da humanidade não significa a sua explicação por um viés biológico, ou seja, parte da "natureza" humana. Trata-se de um fenômeno histórico e cultural, sendo a vida em sociedade o seu espaço de criação e desenvolvimento (JUNQUEIRA, 2010. P.23).

As metamorfoses no interior do capital acarretam para o trabalhador uma vida precária pautada na ideologia neoliberal; de acordo com lamamoto (2015, p 144) "a 'velha questão social' metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens [...] vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços da vida social." A violência, institucionalizada no estado, através da polícia, algumas vezes se torna pública por meio da mídia. Esta violência é, contudo, bem acolhida por parte da população (OLIVEIRA, 2017). WACQUANT (2001) afirma que...

a discriminação instaurada a partir da cor de pele é escancarada no contexto da polícia e da justiça, como sendo as duas instituições que mais discriminam negros e afirma que eles Têm mais dificuldade de acesso a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos [...] Penalizar a miséria significa aqui 'tornar invisível' o problema do negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado.

Neste sentido, legitimam-se práticas sociais que incentivam e compactuam com a violência e o genocídio; BORGES (2015, p. 54) pontua ainda que "o debate sobre Justiça Criminal no Brasil não pode jamais prescindir da questão racial como elemento pilar, inclusive para a instalação desta instituição no país". Quanto à violência, FRAGA (2006) aponta a violência criminal e institucional como resquício do fim do regime de exceção que não foi capaz de reverter as práticas de violência e abuso de poder a setores determinados da população. Nesse período, a violência policial por sua vez, ganhou proporções significativas reforçando o autoritarismo numa nova conjuntura.

Configura-se, assim, o Estado policial dentro do Estado democrático (Brito, Villar e Blank, 2013), com a colaboração da mídia e a legitimação ou omissão de parte da sociedade, implantando o terror em nome da ordem e fortalecendo o processo no termo usado por Fabio Salem DAIE (2015) de “bopização” da sociedade.

3 PRINCIPAIS ASPECTOS E INTERESSES DO CONSERVADORISMO EM SUA ESTRUTURA POLÍTICA NEOLIBERAL

No sistema capitalista tudo se transforma em mercadoria, desde a força ou capacidade de trabalho do homem, até os bens e serviços produzidos pela humanidade (STOTZ, 2005). Entendemos aqui, o neoliberalismo como versão atual do sistema capitalista. Assim, “a flexibilização do trabalho e o incentivo à privatização de serviços como saúde, educação, saneamento e segurança 340 passam de direitos sociais a mercadorias de consumo” (VALLA, 2005). Portanto, entendemos o conservadorismo como um sistema de ideias, que se desenvolve historicamente, assumindo novos contornos na atualidade, muito embora outras determinações influenciam nessa atualização. Conforme SILVA (2020),

[...] todo esforço na busca por desvendar o capitalismo na sua origem, desenvolvimento, contradições e suas consequências para a sociedade são indispensáveis para comprovar que sua essência permanece a mesma, calcada na exploração e na busca incessante pelo acúmulo e, mais recente, utilizando-se do conservadorismo como mecanismo ideológico.

Para debatermos sobre os aspectos e interesses do conservadorismo é indispensável retornarmos à relação da burguesia com a cultura ilustrada de que se valera no seu período revolucionário, resumida na célebre consigna liberdade, igualmente, fraternidade. Onde NETTO (2006), enfatiza que

Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em igualdade econômico social e, sem esta, a emancipação humana é impossível. [...] Instaurando o seu domínio de classe, a burguesia experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe conservadora, a burguesia cuida de neutralizar e/ ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada. (NETTO, 2006, p. 31)

Revelando-se em uma nova dominação de classe o domínio de classe da burguesia. No cenário contemporâneo uma “onda conservadora” (ALMEIDA, 2017, 2019) tem tomado espaço significativo, não apenas no campo da política direta, mas, sobretudo – e isso que sustenta a expressão na política – no âmbito das consciências individuais. Isso nos leva a propor, portanto, que a nova onda conservadora, ou “neoconservadorismo”, possui um fundamento comum internacional, que seja: uma crise capitalista em níveis estruturais (SOUZA, 2015; ALMEIDA, 2017). Assim, também, o recurso ao conservadorismo se desenha como uma tentativa de reorganizar e manter uma hegemonia econômica e cultural – uma vez que esse fenômeno se expressa em ambas as esferas. Fonseca (2023) ressalta ainda que

A contraditória união do conservadorismo com o liberalismo e com as tendências fascistas, inevitavelmente, atribui-lhe novo delineamento, todavia o imperativo de proteger, a qualquer custo, uma determinada sociedade – neste caso, a burguesa –, suas instituições e tradições, e o forte apelo à moral, sobretudo religiosa, demonstram o histórico cariz conservador. (FONSECA, 2023, p.12)

Merecem destaque dois princípios conservadores: a legitimação da autoridade e liberdade fundadas na tradição e a naturalização da desigualdade.

A atualização desses princípios pode ser percebida na agenda política de alguns sujeitos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema direita na contemporaneidade. De acordo com SILVA (2020), a “corrente conservadora” é um instrumento utilizado para disseminar o ódio e o preconceito pelas classes subalternas, com plena finalidade de manutenção da ordem vigente e da propriedade.

SOUZA (2018) destaca ainda que “o conservadorismo clássico, e também o contemporâneo, tende a contribuir com o acirramento da intolerância política e cultural, com o autoritarismo político, e com a reprodução das formas de dominação extra econômicas que particularizam a sociedade brasileira.

Nesta lógica, percebemos que o conservadorismo é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos (ALMEIDA, 2017, 2019). Trata-se de um sistema de ideias que surge, em sua forma clássica, com a emergência e a ascensão da moderna sociedade burguesa a partir de processos revolucionários no século XVIII (SOUZA, 2015, 2016). Inicialmente, o conservadorismo se realiza na qualidade de um movimento reacionário, contrário à revolucionária classe burguesa, e atua a partir da

defesa e proteção das instituições e das tradições do Antigo Regime. Ainda afirma Souza (2015) a respeito do movimento conservador:

No Brasil, congrega propriedades europeias e norte-americanas. Sofre também mutações desde dentro, recombina, ecleticamente, propostas, valores e ideais com a nossa realidade concreta, desde finais do século XIX. O resultado - considerando as condições e de inserção subordinada de nossa formação social no circuito de capital mundial monopolizado, além das contradições tipicamente decorrentes da passagem brasileira à modernização capitalista - é a intensificação das tonalidades mais à direita do conservadorismo, aproximando-o de ideias ao sabor dos reacionários (SOUZA, 2015, p. 8).

Em vista do seu avanço e ampliação, o conservadorismo, sobretudo nos últimos anos, para além de um sistema de ideias, passa a se conformar enquanto um projeto de sociedade – envolvendo clara concepção de mundo e propostas concretas de ação política (SOUZA, 2016). Desta feita, nos últimos anos, o projeto conservador, em suas vertentes mais radicalizadas à direita, tem sido o principal conteúdo no cenário político brasileiro, disputando e conquistando significativa hegemonia política e cultural.

o conservadorismo contemporâneo, aparece dentre as várias ideologias como a mais atrativa ao domínio de classe da burguesia. Ele tem reordenado o modo de funcionamento das classes dominantes, tanto a nível nacional, quanto a nível internacional; ou seja, a ideologia conservadora tende à ocupação dos espaços intelectual, cultural e político da sociedade brasileira, fortalecendo a reprodução do capital. (SOUZA, 2018, p.9)

Conforme pontuado por Souza (2016), as correntes conservadoras de maior expressão no Brasil são as de origem inglesa e, acima de tudo, norte-americana. Seguindo este raciocínio, afirma Fonseca (2023), que

[...] o conservadorismo brasileiro combina os principais – e, talvez, mais nefastos – elementos destas tradições, adequando-os, dentro do possível, às particularidades socioculturais e regionais do Estado brasileiro, admitindo a configuração de um “conservadorismo à brasileira”, que “harmoniza”, contraditoriamente, componentes conservadores, neoliberais e, ainda, de cunho profascistas (FONSECA, 2023, p. 11).

SILVA (2020) aponta que com a utilização do conservadorismo como instrumento ideológico de manutenção da ordem vigente, há o agudizamento das expressões da Questão Social, o que leva a uma verdadeira barbárie da vida humana em nossa atual conjuntura.

Segundo afirma Barroco (2015), o conservadorismo possui uma função ideológica, a qual se pauta em valores que estão atrelados à tradição e aos costumes

que foram preservados no decorrer da história, e o que se deve saber é que estes costumes são elitistas e envolvem o racismo e o preconceito de classe, por exemplo.

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos. (BARROCO, 2007, p. 626)

Dessa forma, o conservadorismo é entendido como instrumento ideológico de manutenção da ordem vigente e seu princípio de naturalização da pobreza objetiva a manutenção da desigualdade para manutenção de padrões primitivos e arcaicos de sociabilidade, de comportamentos e ordenamentos. E conforme ressalta Souza (2016), em suas formas mais radicais, na atualidade, esse conservadorismo se transforma em reacionarismo, pois coloca na “ordem do dia” a reversão e retirada de direitos, principalmente sociais, articulação de grupos fascistas, discurso de ódio às esquerdas e a democracia, radicalização do ataques à Constituição da República e revisionismo histórico.

Para RICUPERO (2010) o “conservadorismo à brasileira” em seu aspecto reacionário seria um “conservadorismo difícil”. Por acentuar as tendências ideológicas de “retorno do passado”, adquire tons basicamente reacionários e de “retrocesso civilizacional, dada a qualidade singular desse passado histórico específico: escravocrata, antidemocrático, patrimonialista, marcado pelo autoritarismo e cultura política de negação de direitos à classe trabalhadora.” SOUZA (2020).

3.1 Naturalização das expressões da questão social.

O pensamento conservador liberal segundo SILVA (2020), se destaca pela sua forte crítica ao Estado, acusando-o de paternalista, gigantesco; com políticas sociais voltadas para “sustentar vagabundos” e os direitos humanos para “defender bandidos”. SANTOS (2018) ressalta que, um dos princípios fundamentais para manutenção do conservadorismo é o repúdio à laicização e o cristianismo como única forma de espiritualidade legítima. Usado como meio para se ignorar as expressões da

Questão Social, sendo vistas apenas na perspectiva de desdobramentos naturais da “vontade divina” para toda e qualquer sociedade.

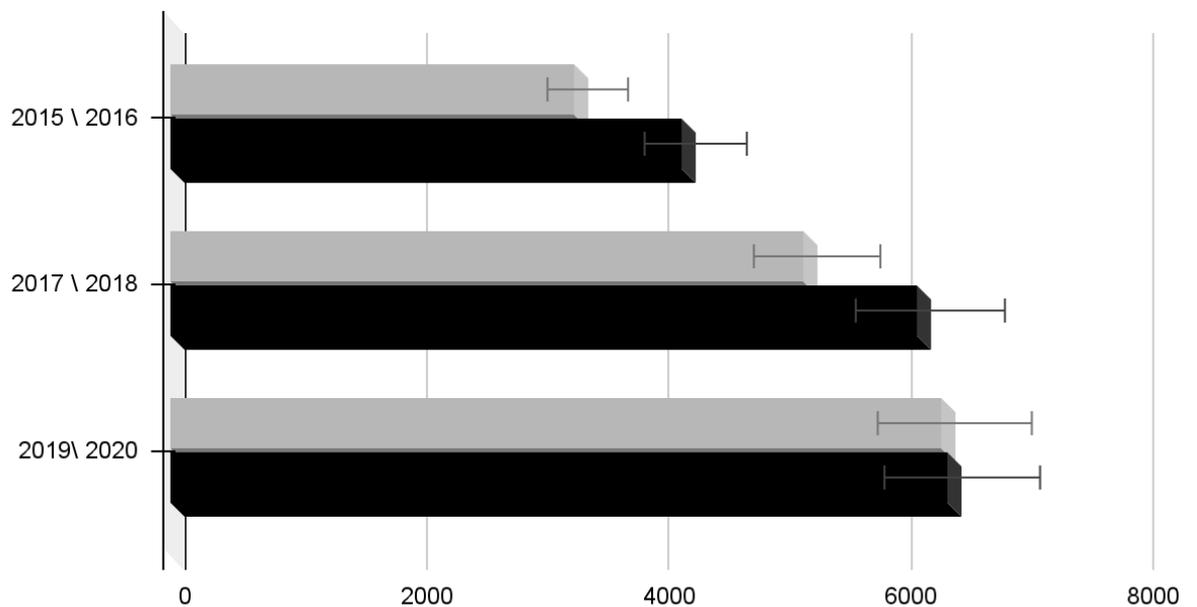
Existe uma tendência, segundo LANNI (1991), de se "naturalizar" a questão social, vista à luz de dois aspectos:

- A. Entendida como problema de violência - repressão, segurança, opressão; ou
- B. Entendida como "problema de Assistência Social".

Portanto, quando se apropriam de manifestações da “questão social” como problemas de violência e caos, o tratamento é: segurança e repressão. Que acarreta no uso da violência legitimada pelo Estado. Segundo Olsson e Casaldi (2018), quando o Estado faz uso da violência (coerção, punição, restrição de liberdade e restrição de propriedade), esta é considerada legítima e legal, mesmo que sua ação tenha um fulcro violento, por entender-se que é seu papel se valer deste poder para garantir a defesa da coletividade. Silva (2020) ressalta que “Apesar de não haver oficialmente pena de morte no Brasil, jovens negros e favelados seguem alimentando as estatísticas de homicídios decorrentes de intervenção policial nas favelas.” As invasões nas favelas são acompanhadas de mortes, violência e desrespeito aos moradores. Pautadas em ideias de classes perigosas, a repressão do Estado provoca um verdadeiro caos generalizado conforme destacamos nos dados abaixo de crescimento e variação dos números de pessoas mortas pelos policiais.

Gráfico 03 - Número de pessoas mortas por policiais em serviço e fora de serviço.

Pessoas mortas por policiais



Fonte: Monitor de violência - G1 (2022)

OLIVEIRA (2019) destaca que “as populações dos bairros e comunidades pobres são as mais atingidas por essa política de trato à pobreza.” Além disso, há atualmente a construção de um “novo senso comum penal visando criminalizar a miséria” (WACQUANT, 2001), conforme apontado acima. Este consenso chega à população por meio da mídia e das novas tecnologias disponíveis para a disseminação de informações, através das quais os crimes mais bárbaros são veiculados, numa “operação planetária de marketing ideológico” (WACQUANT, 2001, p. 19) que provoca na população uma sensação cada vez maior de insegurança e medo.

Além disso, ainda há uma forte tendência de criminalização e violência contra defensores dos direitos humanos no Brasil, evidenciando uma relação íntima entre a tendência conservadora e a prática de violência discriminatória conforme destacamos nos dados abaixo:

Tabela 02 – Dados de violência contra defensores dos direitos humanos no Brasil.

Violência Contra quem defende direitos em números			
2019	2020	2021	2022
355 violações.	285 violações.	302 violações.	229 violações.

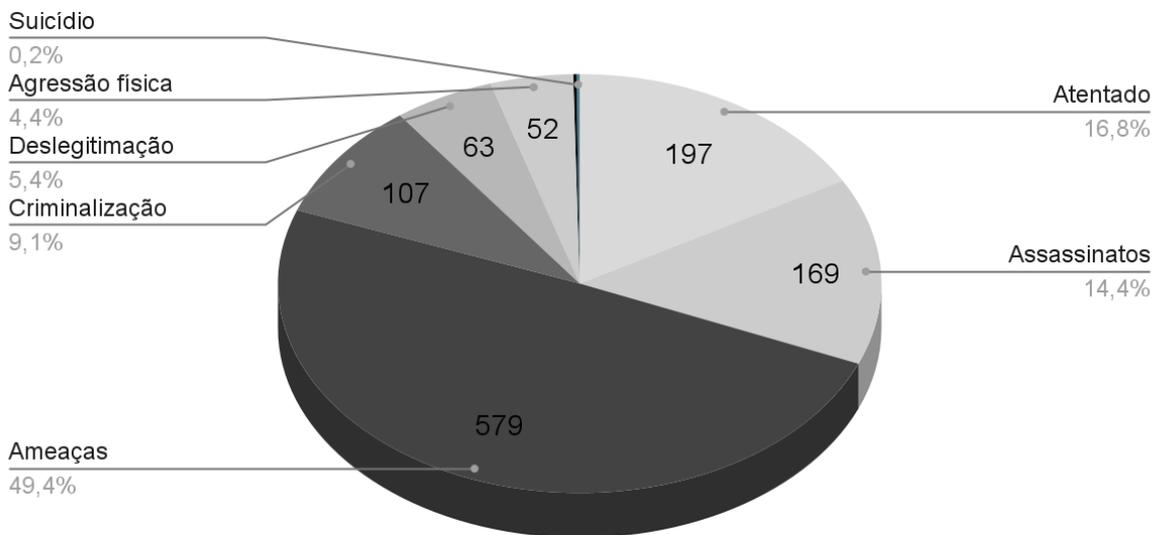
Fonte: Dossiê Terra de Direitos.

O estudo *"Na Linha de Frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil"* considerou casos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos que aconteceram como forma de impedir a reivindicação e defesa de direitos. As violências foram categorizadas em oito tipos: ameaça, agressão física, assassinato, atentado, criminalização, deslegitimação, importunação sexual e suicídio. Foram considerados episódios de violência registrados em todo o território brasileiro.

Os dados do levantamento destacam que defensores indígenas foram alvos de grande parte das violências sofridas por defensores de direitos humanos: 346 casos, sendo 50 assassinatos e 172 ameaças. O quadriênio foi marcado pela adoção de uma política anti-indígena e aumento da invasão e exploração dos territórios tradicionais pelo garimpo, desmatamento e agronegócio. (DOSSIÊ TERRA DE DIREITOS)

Gráfico 04 - Tipos de violência.

Tipos de violência



Fonte: Dossiê Terra de Direitos.

A ameaça é o tipo de violência com maior número de ocorrência nos dados coletados pela pesquisa. O levantamento aponta 579 ocorrências nos quatro anos. Apesar de homens cisgênero serem vítimas de 45,3% dos casos de ameaça registrados, a pesquisa identificou que mulheres cisgênero tendem a sofrer mais esse tipo de violência do que outros tipos.

Assim, a violência generalizada destacada nos dados, desencadeia uma série de consequências estruturais na sociedade e para o embate na luta de classes, onde

[...] o Estado, enquanto detentor da violência legítima e também como órgão responsável pela promulgação das políticas penais, concebe um controle social seletivo, voltado para as classes sociais mais baixas e com principal foco na persecução dos crimes patrimoniais, o que, por conseguinte, torna a violência legítima empregada, sem dúvidas, uma violência seletiva. (OLSSON E CASALDI, 2018, p. 207).

E “Quando se criminaliza o ‘outro’, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida.” (IANNI, 1991, p. 6). Dessa forma, diz lamamoto (2001a, p. 19) a noção de classe perigosa - não mais laboriosa, e por isso sujeita a repressão e extinção.

Quanto a segunda hipótese levantada, a respeito da tendência, de se “naturalizar” a questão social, entendida como “problema de Assistência Social”, pode

ser reduzida no processo de retirada do Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los à esfera do “terceiro setor”, camufla-se interesses de classe transfigurado em “ações solidárias” e humanistas. Dessa forma, “a questão social, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem.” (MONTAÑO, 2012). O autor argumenta que:

[...] em vez de tratar da pobreza com ações filantrópicas/assistenciais, ela passa a ser reprimida e castigada. A beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres. A ideológica expressão de marginal” começa a adquirir uma conotação de “criminalidade”. O pobre, aqui identificado com “marginal, passa a ser visto como ameaça à ordem. (MONTAÑO, 2012, p.273).

Visando dessa forma, a ser entendida e tratada como como problema de violência - repressão, segurança e opressão.

Segundo Montaño (2006) é fundamentalmente político-ideológico:

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mutua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO 2006, p. 27)

SANTOS (2018) acrescenta que essa naturalização também é decorrente pelo fato de que a violência é manipulada como uma prática de dominação entre as classes desiguais, tornando-se camuflada nas sociedades de classes, principalmente na sociedade burguesa, que traz consigo uma ideologia de desigualdade para manter o sistema revigorando.

Começa se a se pensar então a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p.272).

Portanto, é imprescindível destacarmos ou concluirmos que um dos principais aspectos e interesses do conservadorismo em sua estrutura política neoliberal é “retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade” MONTAÑO (2006), através do processo da

naturalização da questão social objetivando desonerar o capital de tais responsabilidades. E com a movimentação de seu aparelho coercitivo vinculado ao aparelho ideológico obtém a produção de uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mutua para seu enfrentamento; Assim, as expressões da questão social passam a ser concebidas nas palavras do autor, MONTAÑO (2012), como “‘questões’ isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos.”

3.2 Dinâmica da luta de classes no âmbito do enfrentamento ideológico.

Segundo MIGLIOLI (2010), Para conquistar e manter seu domínio sobre as demais classes da sociedade, a burguesia se utiliza de diversos instrumentos, que podem ser agrupados em quatro categorias:

1. A propriedade e o controle dos meios de produção;
2. A estrutura política e administrativa do Estado;
3. Os aparatos de repressão e coação públicas;
4. Os mecanismos ideológicos.

Para debatermos a atualização da dominação burguesa é fundamental a compreensão da produção do consenso que se manifesta no âmbito do enfrentamento ideológico e estão associados aos conceitos já destacados anteriormente. Dessa forma, pretendemos desenvolver os seguintes conceitos analíticos:

- A reestruturação produtiva do capitalismo globalizado com a finalidade de produzir novos sentidos e significados nas relações de trabalho e nas relações econômicas sustentadas pelo gerenciamento do Estado. Intensificando a fragmentação do proletariado e aprimorando o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social.
- Hipótese/projeto de eternidade da ideologia liberal, construída a partir da noção de uma "natureza humana" egoísta e da concepção do “presente como já estando contido, desde sempre, na história” para criação do consenso e aceitação da ordem social mesmo vendo-a injusta, ao considerá-la eterna. Formando-se, nos termos de Gramsci, o “homem coletivo”, ou seja: um novo tipo de civilização intelectual e moralmente orientada às necessidades contínuas de um projeto produtivo e econômico de desenvolvimento.

- A relação entre Fundamentalismo religioso e extrema direita.
- Opinião pública, Desenvolvimento tecnológico e atualização da dominação burguesa: meios de comunicação como instrumento de doutrinação e dominação.

Assim, conforme CASIMIRO (2018), “A atualização da dominação burguesa no Brasil, bem como em grande parte da América Latina, envolve, a articulação de diferentes aspectos e condicionantes, inserindo-se no processo de reestruturação produtiva do capitalismo globalizado.”

Amplios e profundos processos de reestruturação econômica, política e social, com a finalidade de produzir novos sentidos e significados nas relações de trabalho e nas relações econômicas, que favorecessem os processos de alienação e acumulação do capital, repercutindo diretamente (e negativamente) sobre a vida dos homens, sobre o exercício da atividade humana e social (FRIGOTTO, 2010, p.36).

SOUZA (2018) destaca que...

[...] em momentos de crise estrutural do capital, o conservadorismo emerge como ideologia capaz de renovar as promessas burguesas de manutenção da ordem e desenvolvimento econômico. Sendo assim, procura condensar os anseios das classes dominantes e o imaginário das classes subalternas, no sentido de “salvar a sociedade”, misturando autoritarismo, voluntarismo e intolerância. Com essas características, o conservadorismo acaba aparecendo como uma importante ideologia e estratégia política para manutenção da sociedade burguesa. (SOUZA, 2018, p. 9)

Nesse contexto, é importante salientar que a incorporação de novos recursos tecnológicos ao trabalho implicaram na constituição de um novo padrão de acumulação flexível (Harvey, 2006) que tem sido caracterizada pela intensificação da precarização do trabalho e pela proliferação do desemprego estrutural. Essas condições históricas incidem nas relações entre o Estado e a sociedade, redefinem o papel dos Estados e alteram os padrões de regulação social. Desenvolvendo-se um processo de transição das formas de organização das relações de produção Frigotto (2010).

Nesse sentido, o desenvolvimento do trabalho e do sistema de produção exemplifica, “o esforço do capital e da hegemonia burguesa em garantir estratégias cada vez mais aprimoradas de limitar as explicitações de suas contradições, exercendo controle sobre a política, sobre as relações sociais de produção e sobre o papel gerenciador que passa a ser ocupado pelo Estado.” (MARQUES 2023)

Conforme foi discutido, o Estado é, principalmente, um instrumento de coerção. E funciona...

como regulador dos conflitos sociais entre as várias classes, porém como um regulador que age de maneira a preservar a ordem existente e o modo de produção em vigência, assim como a formação social que confere supremacia à classe dominante. No caso, a classe dominante burguesa. [...] Mesmo liberal, este Estado não se ausenta da vida econômica. Sua ausência

é uma ilusão ideológica, pois o Estado liberal intervém na ordem econômica ainda que evite a gestão direta de empresas. (GORENDER, 1988, P.55)

Para entendermos a dinâmica da luta de classes inserida no processo de atualização da dominação burguesa é indispensável debatermos como a burguesia conseguiu o consenso da classe operária e de outras camadas de trabalhadores em seu vasto trabalho ideológico e multissecular. Gramsci destaca a dinâmica entre violência coerção e convencimento, afirmando que:

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. [...] Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores.” (GRAMSCI, 2006, s./p.)

Os resultados alcançados revelam a existência de um processo articulado de compromissos firmados, por parte dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento do capital: o Estado, que se responsabilizou pelo cumprimento de seu papel intervencionista, garantindo sua ação em diversos campos (saúde, emprego, transporte, educação, etc.), com a postura de “Estado de Bem-Estar Social” (keynesianismo); o capital corporativo, que teve que ajustar seus mecanismos de controle com certa suavidade para seguir rumo a uma lucratividade segura; e o próprio trabalho, que assumiu novas funções, adequando o trabalhador ao adestramento técnico esperado (HARVEY, 2006).

O equilíbrio entre estes compromissos não foi alcançado sem resistências e disputas entre os agentes citados (Estado, capital e trabalho). Entretanto, foi o caminho que consolidou a base para o avanço do capitalismo pós-guerra, sobretudo com o estabelecimento de normas para contornar as possíveis adversidades que ameaçassem a lógica de produção e sua forma de organização. Esse equilíbrio contribuiu para o reforço ideológico e político em favor da hegemonia burguesa, justamente para dar continuidade ao domínio sobre a classe trabalhadora, reduzindo as possibilidades de tensões, rupturas ou enfrentamentos individuais e coletivos por parte deles.

Desse modo, segundo Frigotto (2010)...

a realização de mudanças qualitativas das bases técnicas dos processos produtivos, funcionam como mais uma etapa da Revolução Industrial, de modo que fosse possível, para beneficiar o capital, acelerar a incorporação dos novos recursos tecnológicos (capital morto) e, em contraposição, reduzir o investimento no trabalho humano (capital vivo). Todo este processo conduziu o capitalismo ao movimento de constituição de sua reestruturação, gerando um novo

regime de acumulação, com fortes impactos sobre o trabalho de um modo geral. (Frigotto, 2010, p.38)

O processo da dinâmica do modo de reprodução capitalista, sob a predominância do capital financeiro, produz uma massa de trabalhadores supérfluos às necessidades do aparato reprodutivo do capital, provocando um verdadeiro desastre social (Soares, 2003). Decifrar as novas mediações pelas quais se expressa à questão social em tempos de padrão flexível de acumulação significa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade, os processos de sua produção e reprodução, bem como projetar e forjar as estratégias para seu enfrentamento. Segundo Yamamoto (2007)

quando as múltiplas e diferenciadas expressões da questão social são desvinculadas de sua fundamentação comum, desconsiderando os processos sociais em sua dimensão de totalidade, pulverizam e fragmentam as diversas expressões da questão social, resultando na autonomização de suas múltiplas expressões, transformando-as em problemas sociais, despolitizando e individualizando o seu enfrentamento, tendo como foco de responsabilidade os indivíduos e suas famílias. (IAMAMOTO, 2007, p. 164)

Esta forma de organização do trabalho, como explicado por Harvey (2006), é resultante do investimento da classe dominante, com a finalidade de consolidar um novo tipo de trabalhador. Afinal, os métodos de organização do trabalho não se separam da totalidade, se articulam dialeticamente com o modo como o homem se constitui.

Portanto, a reestruturação do capital complexifica a relação capital-trabalho, intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social (Antunes, 1998).

Segundo Dias (2006), No processo da constituição do capitalismo como modo de produção dominante e das formações sociais capitalista fez-se necessário a existência da ideologia liberal, construída a partir da noção de uma "natureza humana", matriz a partir da qual pode-se ver as diferenças entre os homens como conflitos passíveis de regulação / conciliação.

Essa "natureza" tem como pressuposto a concepção da individualidade egoísta, contrária a toda ideia de coletivo, buscando homogeneizar tudo e todos.

Esta visão de mundo procura, na prática, "demonstrar" o presente como já estando contido, desde sempre, na história, o que permite avançar a hipótese/projeto de sua eternidade.

Esta seria uma forma de natureza da qual se tira a legitimidade de uma ordem natural: O capitalismo, por ser "natural", não teria uma origem nem, logicamente, um fim. GORENDER (1988) ressalta ainda que

Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social mesmo vendo-a injusta. [...] ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas. Nesse

sentido, ela dá o seu consenso, sua adesão e apoio à existência dessa ordem social. E a isto que Gramsci chama de hegemonia de uma classe dirigente. Uma classe é hegemônica, é dirigente, na medida em que consegue obter o consenso das classes subalternas, na medida em que supera a visão corporativa, em que não pensa apenas nos seus interesses imediatos e consegue interpretar os interesses das outras classes sob o enfoque do seu domínio, da sua posição de supremacia. Se a classe dominante consegue fazê-lo, obtém o consenso. Se ela se restringir a uma visão corporativa, a interesses imediatos, então perde o consenso. (GORENDER, 1988, P.57)

Com Gramsci (2001, p. 21) compreendemos que o consenso se alcança de forma “espontânea”, com adesão das “[...] grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”.

Marques (2023) destaca que “esse é o contexto de redefinição do consenso “passivo” em favor do projeto burguês de sociabilidade, onde os desígnios do modo de regulação neoliberal e do regime de acumulação flexível encontram forças.” Segundo Harvey (2006),

acumulação flexível “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 2006, p. 140).

Em Gramsci (2014), a constituição destes processos corresponde à formação de um “homem coletivo”, noutros termos um novo tipo de civilização intelectual e moralmente orientada às necessidades contínuas de um projeto produtivo e econômico de desenvolvimento (MARQUES, 2023). A formação do homem coletivo se realiza com base na posição ocupada pela coletividade no mundo da produção. A estandardização, que corresponde a um conformismo social [...] DORE (2014).

Entre as formas de produção do consenso, podemos perceber que a relação entre fundamentalismo religioso e extrema direita produz “consenso” que envolve valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos as suas necessidades enquanto classe. Segundo Ferreira (2020),

O fundamentalismo religioso aliado ao extremismo político passa a ser um posicionamento que ameaça à democracia e a liberdade de uma sociedade, uma vez que um encontra no outro bases necessárias para se desenvolver e se expandir, a fim de que se tornem a única forma de pensamento possível, excluindo e oprimindo todas as outras formas de pensar, e principalmente, impedindo a oposição. (FERREIRA, 2020, p. 57)

Segundo Isteván Mészáros (2004):

A ideologia como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classes. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e que se entrelaçam de modo conflitante, encontram suas

manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma independente), com seu impacto poderoso mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MESZAROS, 2008. p. 9)

O que Mézáros quer dizer com isto é que ideologia é uma mistificação própria de sociedades que possuem conflitos de classes assimétricos, sendo um recurso utilizado para mistificar essa luta e esses conflitos, produzindo a manutenção das classes dominantes através de discursos e outros inúmeros recursos (como a religião) para promover a não percepção e não consciência dessa hierarquia de dominação.

Segundo o autor, ainda, o que define ideologia não é a “falsa consciência” ou a subestimação da razão, mas é a sua situação real em um determinado tipo de sociedade.

Marx escreveu em 1844, “o sofrimento religioso é, ao mesmo tempo, a expressão do sofrimento real e um protesto contra o sofrimento real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração e a alma de condições sem alma. É o ópio do povo” (MARX, 2010; p. 304). Desse modo, a Religião é o “ópio” no sentido de “alucinógeno”, que afasta o trabalhador da realidade, que o aliena.

De acordo com Ferreira (2020), “Essa mistificação em torno da realidade cria situações nas quais as classes dominadas passam a fazer coisas e a defender segmentos e governos que vão totalmente contra seus interesses.” Há um “consenso” que envolve valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos as suas necessidades.

O debate sobre a relação entre fundamentalismo religioso e extrema direita é indispensável, na medida em que...

É necessária a articulação entre sociedade civil e política para a constituição de um processo hegemônico, ou seja, da dupla investida [...] Sob amparo deste movimento simbiótico, estabelecido entre sociedade civil e sociedade política para a compreensão de processos de hegemonia, relaciona-se ao imperativo da historicização do avanço da supremacia burguesa ao longo do século XX no Brasil, cuja compreensão entendemos ser fundamental para revelar seus impactos na conjuntura social e política contemporânea do século XXI. (MARQUES, 2023, p.4)

No que respeita a inspirações ideais, os fenômenos de “extrema-direita” estão aproximados de tendências irracionalistas ou de convergências decadentes da “miséria da razão” (COUTINHO, 2010). Para Souza (2018), Isso significa um leque de influências que não se resume ao pensamento conservador em sentido estrito, concretizando uma cadeia causal complexa e multifacetária.

Para defender sua condição, a burguesia necessita de argumentos ideológicos plausíveis e convincentes, capazes de garantir o predomínio das forças dominantes. Nesse sentido, no campo das intervenções políticas, sociais e culturais se encontra solo fértil para ajustamento ao pensamento conservador, uma vez que se apoia em discursos morais, políticos, éticos, religiosos e etc., para sustentar uma ideologia de classes que se encaixe nos padrões “naturalmente” constituídos, e que tenha como critério a “ordem na sociedade”. (SOUZA, 2018, p. 8)

CASIMIRO (2018) afirma que “Essa reformulação se verifica: tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado [...] como também pela produção do consenso a partir de agentes, instituições e aparelhos midiáticos.” Dessa forma, vale destacar que a combinação e o equilíbrio entre a força e o consenso definem o conceito de hegemonia, segundo GRAMSCI (1975) sendo “caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso, ao contrário, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública (o quais por isso, em certas situações, multiplicam-se artificialmente).”

Para Gramsci (1975), hegemonia é o domínio, por meio da coerção e do consenso, de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos, em especial da burguesia sobre a classe trabalhadora.

GRAMSCI (1975) ressalta ainda que, uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Quando a classe dominante perde o consenso, deixando de ser dirigente, mas unicamente dominante, “detentora de pura força coercitiva”, abre-se o campo para a crise de hegemonia (GRAMSCI, 1975, Q 3, § 34, p. 311-312).

Ressalta-se que a dinâmica do consenso em Gramsci, “que é entendido como meio de ativação política e intelectual da massa dos governados com vistas à transformação da ordem social” Bianchi e Aliaga (2011). Para interpretação do conservadorismo em sua função ideológica contemporânea como parte do consenso exercido pelos aparelhos privados de hegemonia e pelo Estado, Barroco (2015) elenca ainda outras características marcantes da onda neoconservadora, como a reificação ou coisificação, que transpõe o homem à condição de objeto; o irracionalismo; o individualismo, fatores estes que dissimulam as contradições sociais. O conservadorismo faz uso desses elementos para se colocar como “verdade”, principalmente, nos momentos de crise estrutural.

Bianchi e Aliaga (2011) acrescentam que a reflexão sobre hegemonia, que articula força e consenso é precisamente uma reflexão sobre o Estado, isto é, sobre como o equilíbrio instável das relações de forças sociais se estabelece entre os diversos grupos na sociedade civil em disputa pela direção do aparelho estatal.

Além do já citado fundamentalismo religioso, um ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, é a opinião pública. Para Gramsci (1975) é ponto de contato entre o consenso e a força, porquanto é instrumento do Estado para “organizar e centralizar certos elementos da sociedade civil” “quando quer iniciar uma ação pouco popular”.

Além disso, a burguesia moderna dispõe de um fantástico instrumento de doutrinação e dominação: são os meios de comunicação. Miglioli (2010) enfatiza que...

Nos velhos tempos só era possível recorrer às conversas, aos discursos públicos, aos folhetos e aos jornais e, em âmbito restrito, aos livros; apesar de precários, esses instrumentos serviam à dominação mas também à contestação, e nesse caso sofriam censura e repressão, como no período do Antigo Regime na Europa. Talvez tenha começado aí o controle burguês dos meios de comunicação. Hoje todas as grandes empresas de comunicação (editoras de livros, revistas e jornais, agências de notícias, redes de televisão, companhias cinematográficas, portais de acesso à Internet etc.) estão nas mãos da grande burguesia e ocorre um processo de concentração dessas empresas em escala nacional e internacional. Assim, as notícias divulgadas, as reportagens, e até os programas de divertimento são filtrados na malha dos interesses dessa classe. O monopólio dos meios de comunicação se transformou em monumental instrumento de doutrinação, dominação e alienação das classes dominadas. (MIGLIOLI, 2010, p.31)

Nesse sentido, os meios de comunicação são entendidos como aparelhos ideológicos, ou seja, o exercício da ideologia/manipulação. Queiroz (2013), destaca que “essa é a forma mais nociva de controle estatal, tendo em vista que trabalha com a desinformação, com a ignorância dos agentes sujeitos à dominação.” E que o...

O aparelho repressivo, e o exercício da coerção/repressão, que pertence ao Estado, vem apenas a defender a ideologia estatal, através do uso da força. Os aparelhos ideológicos pertencem à esfera privada, escola, igreja, os meios de comunicação, etc. [...] O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vendem a imagem de neutralidade, objetividade e democracia. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra. (QUEIROZ, 2013, p.7)

Louis Althusser apresenta uma formulação teórica para a compreensão dos Meios de Comunicação de Massa nas sociedades, incluindo a comunicação entre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Segundo Althusser:

todos os aparelhos ideológicos do Estado, sejam quais forem, contribuem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada um a seu modo... O aparato das comunicações manipulando o cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc., através da imprensa, rádio e televisão (ALTHUSSER, 2022, p.49)

Para Montello (2003)...

A Ideologia dominante permite a inserção de indivíduos de uma forma natural nas atividades práticas que eles desempenham no interior e, desta maneira, os capacita a participar no aparato de dominação, sem que se dêem conta de que eles próprios são cúmplices e autores de sua própria exploração. Para o indivíduo inserido no sistema capitalista, a Ideologia “é uma experiência que alguém vive sem conhecer as verdadeiras forças motoras que ela coloca em movimentação”, encobrindo e disfarçando os sinais que poderiam fazer alguém desconfiar de que todas as instituições são instrumentos de coerção. (MONTELLO, 2003, p.140)

Assim, a mídia, concebida como ator político/ideológico, é “(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (Capelato e Prado, 1980, p. XIX), pois representa, por meio de seus órgãos, uma das instituições mais eficazes quanto à inculcação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião, caracterizando-se como pólos de poder.

Tais grupos sociais são constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira FONSECA (2011). O fato de haver poucos leitores de periódicos no Brasil não é relevante, pois, como assevera Castells (2000), pautam a mídia televisiva e radiofônica e, de certa forma, a própria internet.

Fonseca (2011) ressalta que “do ponto de vista da esfera pública, esta estaria se alargando mundialmente”. Para Harvey (1990), “o mundo estaria passando por uma verdadeira compressão do espaço e do tempo, que se configuraria como uma das características da contemporaneidade.” Em outras palavras, as informações são cada vez mais transmitidas em tempo real, encurtando brutalmente o tempo de sua “geração”, assim como (especialmente) de sua propagação (transmissão) em escala planetária. Fonseca (2011) acrescenta ainda que ...

[...] a esfera pública torna-se cada vez mais global – a ponto de podermos falar de uma agenda planetária, que envolve temas como capital financeiro, cadeia produtiva, miséria/migração, meio ambiente, direitos humanos, armas nucleares, drogas, dentre inúmeras outras – e, se, além disso, a mídia procura, a partir de interesses privados, traduzir e intermediar relações sociais na esfera pública, mais importante ainda se coloca o tema da responsabilização como contraparte à liberdade. (FONSECA, 2011, p.50)

Mas, agora, em dimensão internacional. Dadas essas questões, se a questão já era complexa em escala nacional, torna-se ainda mais problemática quando pensamos que o “mundo está menor” na medida em que certas fronteiras de certa forma estão sendo diluídas (Arrigui, 1996).

A globalização dos meios de comunicação impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico atualiza novas formas de luta hegemônica. Assim surgem novas formas de dominação e coerção. À exemplo do termo usado de “desmaterialização” da sociedade por Lemos (2007), define que...

As telecomunicações fornecem sistemas técnicos que permitem ação à distância sem movimento físico e essas novas formas de ação vão determinar uma nova vivência do espaço urbano, sem exterminá-lo. As redes telemáticas ampliam essa volatilidade, dando apoio ao fluxo em tempo real do capital financeiro e dos serviços em torno do mundo globalizado. (LEMOS, 2007, p.137)

A violência também é apropriada pela Mídia, pelo Estado e por seguimentos do mercado que veem oportunidade de lucro em tal realidade. A guerra pela audiência televisiva, o uso excessivo da violência policial e o segmentado de vendas de artigos relativos à segurança pessoal ganham terreno fértil em tal realidade. Bauman (2007) destaca que...

Tal como o dinheiro vivo pronto para qualquer tipo de investimento, o capital do medo pode ser usado para se obter qualquer espécie de lucro, comercial ou político. E é. Isso acontece também com a segurança pessoal que se tornou um grande, talvez o maior, ponto de venda em toda espécie de estratégia de marketing. O lema "lei e ordem", cada vez mais reduzido à promessa de segurança pessoal (mais exatamente corporal), se tornou uma grande, talvez a maior, bandeira nos manifestos políticos e nas campanhas eleitorais, enquanto a exibição de ameaças à segurança pessoal se tornou um grande, talvez o maior, trunfo na guerra de audiência dos meios de

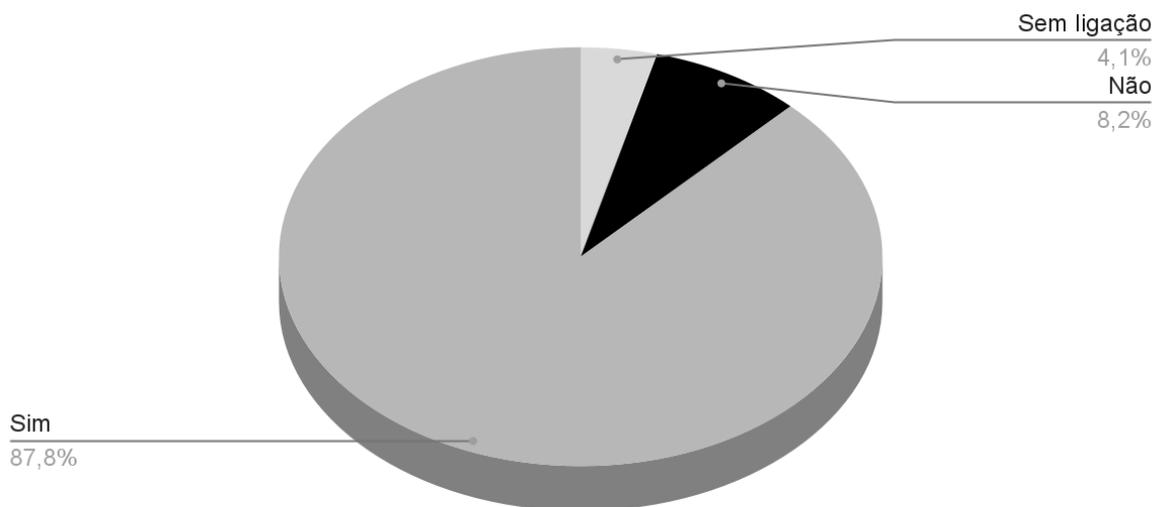
comunicação de massa, reabastecendo constantemente o capital do medo e ampliando ainda mais o sucesso tanto de seu marketing quanto de seu uso político (BAUMAN, 2007, p. 18 – 19).

O cidadão é visto como passivo, inerte pelo simulacro midiático, sem ação informativa. Ele é apenas receptor e consumidor de bens e serviços LEMOS (2007).

Segundo Porto (2002), “A violência é, assim, uma moeda com alto poder de troca, porque uma mercadoria que vende e vende bem.” E esta parece ser a opinião da maioria dos respondentes da pesquisa sobre “representações sociais da violência” ao questionário, independentemente da situação socioeconômica, do nível de escolaridade ou da idade, sintonizando o senso comum às teorias que apontam que os meios de massa se alimentam do extraordinário.

Gráfico 05 - "Na sua opinião, notícias sobre violência ajudam a vender jornais?"

violência ajudam a vender jornais?



Fonte: Pesquisa Sobre Representações Sociais da Violência no DF (1998).

Ainda segundo Porto (2002), “Este é um lado da moeda. O outro aponta o fato de que esta estratégia da mídia responde, em última análise, a expectativas da sociedade. Como dizem os teóricos da comunicação, os meios de massa editam o imaginário popular. E, ao fazê-lo, contribuem para a constituição do fenômeno.”

Michaud (1989), destaca ainda que

o fato de a violência se apresentar como uma crise em relação ao estado normal cria, por princípio, uma afinidade entre ela e a mídia. Como podemos

constatar, num dia calmamente banal fica difícil fazer um jornal ou um noticiário de TV para anunciar que não aconteceu nada (...).A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas. Michaud (1989, p. 49)

Quadro 03.

Escolaridade	Na sua opinião, notícias sobre violência ajudam a vender jornais?			Total
	Sim	Não	Sem Ligação	
até 1º grau	84,3%	11,3%	4,4%	100,0%
até 2º grau	85,5%	9,3%	5,2%	100,0%
até 3º grau	93,9%	3,5%	2,6%	100,0%
Total	86,6%	9,0%	4,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa Sobre Representações Sociais da Violência no DF (1998).

Nesse sentido, Quadrado e Ferreira (2020, p.423) Destacam informações extraídas do Dossiê da Intolerância do site Comunica Que Muda (CQM), corrobora a necessidade de analisar ódio e intolerância partir do materialismo histórico e dialético, compreendendo os indivíduos nas suas condições concretas de vida.

O CQM monitorou, por meio da plataforma Torabit, nas redes sociais digitais, nos meses de julho a setembro de 2017, os comentários a partir de dez tipos diferentes de intolerância: em relação à aparência das pessoas, às classes sociais, às deficiências, homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. A primeira edição monitorou também três meses, um ano antes. O documento traça um panorama de como ocorre o discurso de ódio na Internet brasileira, uma ferramenta fundamental para entender a intolerância nas redes sociais digitais (DOSSIÊ..., [2016]).

A seguir são reproduzidos alguns resultados que procuram traduzir e sintetizar os tipos de intolerância pesquisados na pesquisa do CQM.

Foram capturadas e analisadas 215.907 menções. A grande maioria das postagens captadas é do Twitter, que representa mais de 98% do levantamento. O Instagram é a

rede que vem na sequência, com 1,5%. Vale destacar que a maioria dos dados do Facebook não são públicos, o que impede que boa parte dos comentários seja captada (DOSSIÊ..., [2016]).

A grande diferença nesse espaço de doze meses ficou por conta da intolerância política, maioria na primeira edição – mais de 273 mil –, mas que sofreu uma queda brusca em 2017, caindo para 26 mil, o que sugere cansaço para o debate político em boa parte dos internautas (DOSSIÊ..., [2016]).

Por outro lado, alguns tipos de intolerância apresentaram melhoras consideráveis em seus índices, ainda que a maior parte das menções continue negativa. Foi o caso, por exemplo, da homofobia, em que os comentários negativos passaram de 93,9% no primeiro estudo para 59,5%, em 2017. Outros destaques foram o preconceito sobre classe social, com as menções negativas passando de 94,8% para 61,2%, e a xenofobia, de 84,8% para 50,3% (DOSSIÊ..., [2016]).

A maior diferença com relação ao primeiro dossiê – e que ajuda a explicar a queda no número total de menções captadas – ocorreu com o tema intolerância política. Em 2016 foram mais de 273 mil comentários, enquanto em 2017 esse número caiu para 26 mil. Muito dessa queda tem relação direta com o momento político do período analisado, já que no primeiro levantamento o impeachment da presidente Dilma Rousseff estava em seu ápice (DOSSIÊ..., [2016]).

Assim, em 2017, o tipo de intolerância que obteve o maior número de comentários foi relacionado às pessoas com deficiência, com 45.873 menções, sendo 90,1% negativas. Não que haja intolerância propriamente com as pessoas que têm deficiência, mas os internautas usam termos como demente, retardado e débil mental para atacar (DOSSIÊ..., [2016]). Há uma persistência de traços que são históricos e estruturais no Brasil, aprofundando o já existente capacitismo.

Outros tipos de intolerância com porcentagens altas de postagens negativas foram sobre idade/geração (98,4%) e religião (91,2%). Somando todo o monitoramento, 77% das menções foram consideradas negativas e apenas 14,4% positivas (DOSSIÊ..., [2016]).

Quadro 04 – Dados de intolerância no Brasil, nos anos de 2016 e 2017

TEMAS	DADOS 2016	DADOS 2017
Deficienes	40.801	45.873
Classe Social	11.256	42.347
Misoginia	79.484	35.061
Homofobia	53.126	29.407
Política	27.752	26.621
Aparência	27.989	9.272
Racismo	32.376	15.589
Religião	7.361	2.776
Xenofobia	2.134	1.784
Idade	14.502	1.285

Fonte: Adaptado de Dossiê da Intolerância ([2016]).

Os comentários ainda foram classificados como...

[...] negativos (quando eram preconceituosos ou reforçavam discursos de ódio), positivos (quando combatiam a intolerância) e, e neutros (quando não apresentavam um posicionamento claro de quem postava). E o resultado, embora um pouco melhor que em 2016, ainda assusta: 77% das menções foram consideradas negativas, contra 84% no primeiro dossiê. (DOSSIÊ..., [2016]).

Tais discursos de ódio ganham novo e aprimorado ambiente propício para seu fortalecimento, devido ao desenvolvimento tecnológico e globalização dos meios de comunicação. Para Murdock,

A história das comunicações não é uma história de máquinas, mas uma história da maneira como as novas mídias ajudam a sistemas de reconfiguração de poder e redes de relações sociais. Certamente, tecnologias de comunicação são produzidas dentro de centros de poder e são desdobradas com propósitos particulares, mas, uma vez em jogo, elas têm frequentemente consequências contraditórias. Elas são, então, muito mais vistas, não como tecnologias de controle ou de liberdade, mas como o local de lutas ininterruptas sobre a interpretação e uso. No coração destas lutas, o ponto crítico é o limite entre as esferas públicas e privadas. (Murdock, 1993, .31)

As novas tecnologias de comunicação e informação têm transformado vários segmentos da sociedade contemporânea [...] Trata-se do surgimento daquilo que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman chamou de “modernidade líquida”. (LEMOS, 2007, p. 130) A “vontade de liberdade”, para Bauman é o esteio da modernidade líquida, que se opõe à segurança construída em torno de uma vida social estável, na ordem moderna. (BAUMAN, 2007, p.440)

Leal (1996), nos alerta sobre “desafios éticos da sociedade da informação em termos de [...] efeitos da violência visual e poluição acústica; de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante; e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica.” Que se manifestam de várias formas complexas no cotidiano social, Castells (2000) ressalta que...

As transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade (Castells, 2000, p. 76).

Nas atuais estratégias ideológicas das classes dominantes há a tendência do uso da utilização da tecnologia para disseminação do ódio e intolerância nas redes sociais digitais com o intuito de fragmentação das classes subalternas e para o fortalecimento da hegemonia burguesa. Conforme ressalta Coutinho (2010, p. 30), “uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo [...] Simionatto (2014) destaca ainda que...

Gramsci, de fato, havia percebido que a perpetuação da classe burguesa no poder, mais que por violência ou coerção, ocorria pela capacidade de ser “orgânica” aos centros vitais de um país, conseguindo, pelo consenso, obter o apoio e a legitimação das massas. Em sua inovadora abordagem do Estado burguês, composto pela sociedade política e pela sociedade civil, indica como as duas esferas encontram sua síntese na “supremacia”, que se manifesta “como domínio” e como “direção intelectual e moral”. (SIMIONATTO, 2014, p.69)

Para Santos e Silva (2016), o discurso do ódio é...

a “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade”. Nas redes sociais digitais, este tipo de discurso realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias. “Parece haver um ‘ganho’ para quem incita ódio em redes sociais, e este ganho é a visibilidade, popularidade, reputação e influência. Tais fatores estão ligados a questões de pertencimento ao grupo ou afirmação de identidade” (SANTOS; SILVA 2016, p. 5).

Na conjuntura presente, o debate sobre o caráter de classe do Estado é indispensável pois, além de sua ação repressiva coercitiva, conforme ressaltam Simionatto e Costa (2014), exerce conjuntamente sua tarefa educativa, não para a formação do “homem coletivo”, mas para o “conformismo social”, para a coesão e a integração, adequando “as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”, através do consenso passivo e da colaboração em torno de sua hegemonia (GRAMSCI, 2000, p. 23).

Estas formas de pensar da burguesia têm na atualidade uma eficácia direta sobre as classes subalternas, uma vez que os valores ideológicos e políticos SIMIONATTO E COSTA (2014). “influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes”, atuando como “fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida” (GRAMSCI, 1999, p. 114-115). Sendo assim, uma das mais importantes ferramentas de fragmentação do proletariado e aprimoramento do controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo as condições dela hegemônica da classe subalterna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos objetivos propostos neste trabalho, a partir do que foi discutido no desenvolvimento do estudo percebe-se que embora na atualidade as movimentações dos setores conservadores tenham ganhado novas configurações as relações de dominação continuam se perpetuando baseadas na violência, até mesmo com a legitimação do Estado como espaço de correlações de forças na luta de classes. Portanto, podemos afirmar que o conservadorismo não é exatamente um fenômeno que surgiu recentemente no Brasil, na verdade, sempre esteve presente nas relações entre as classes sociais.

Através da análise da formação sócio-histórica do país é possível entender que o conservadorismo como ideologia e a estratégia política da classe dominante moderna carrega muitas marcas do passado colonial do país baseado na violência.

Foi possível notar que a criminalização da pobreza e a noção de “classes perigosas” é resultado do processo de desenvolvimento da violência estrutural no País.

Nota-se que o pensamento conservador é impulsionado no cenário de crise do capital, encontrando um espaço propício para disseminação dos seus princípios de naturalização das expressões da questão social; naturalizando a pobreza, objetiva a manutenção da desigualdade para perpetuação de padrões primitivos e arcaicos de sociabilidade, de comportamentos e ordenamentos.

Em momentos de crise as tensões no seio da sociedade se intensifica a função ideológica do conservadorismo na disputa pela hegemonia e controle da opinião pública, onde é possível facilmente identificar alguns pontos de contato entre certas ideias do conservadorismo moderno (principalmente econômicas e valorativas) com algumas palavras de ordem presentes no discurso de movimentos de extrema- direita.

Ainda foi possível correlacionar esse assunto com a atualização da dominação burguesa no Brasil através dos prismas de Gramsci e a função ideológica do conservadorismo de manutenção da hegemonia da classe dominante através da violência estrutural.

Nota-se que essa temática é verdadeiramente ampla, mesmo nos limitando a alguns aspectos do assunto ainda não seria possível discorrer sobre todas as suas faces e determinações. Assim, esse trabalho não teve a intenção de esgotar a discussão, mas esperamos que possa despertar o interesse de outras/os pesquisadoras/es para aprofundar os estudos a respeito da mesma, destarte, acreditamos estar contribuindo para a construção de outros pontos de partidas.

Partindo dessas observações, o desafio posto é de se organizar para se combater os discursos conservadores que se articulam para garantir a manutenção do status quo, entendendo que é necessária uma transformação social e que para transformar a realidade há que se combater as condições materiais que a produzem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

ANÓS TÉ, P. **Violência política colonial na África: um diálogo entre Mahmood Mamdani e Frantz Fanon**. Revista Aedos, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 45–60, 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

AMARAL, A. S. PERUZZO, J. S. **ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES**. R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 1-3, jan./abr. 2021 ISSN 1982-025

ARAÚJO, Victor; GATTO, Malu. **O conservadorismo mata as mulheres?**. Blog DADOS, 2021 [published 4 march 2021]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/conservadorismo-mata-mulheres/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ASSUNÇÃO, M. R. **“Histórias do Balaio”**: **Historiografia, memória oral e as origens da balaiada**. História Oral, vol. 1, 1998, p. 67-89.

ARRIGUI, Giovanni. 1996. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Editora Unesp.

BARROCO, Maria Lúcia S.. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 124, p. 623-636, dez. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 438-449.

BIANCHI, A. ALIAGA, L. **Força e consenso como fundamentos do Estado Pareto e Gramsci**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 17-36.

Birman, J. (2006). **Arquivos do mal-estar e da resistência** (2a ed.). Civilização Brasileira.

BONSANTO, A. **Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5631, maio 2021.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?**. Belo Horizonte –MG: Letramento: Justificando, 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. “Será guerra?”. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Org.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BUZATTO, C. C. **Direitos humanos no Brasil 2016: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. / organização: Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça.-1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CADEMARTORI, A. C. ROSO, A. **Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012.

CAPELATO, Maria Helena. & PRADO, Maria Lígia. 1980. **O bravo matutino: imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega.

CASARA, Rubens RR. **Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. [s.l.] : Editora José Olympio, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2000, São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, C. N. **A hegemonia da pequena política**. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DAIE, Fabio Salem. **Corrupção e a “bopização” brasileira**. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 93, 2015.

DANFA, L. **Violência Civilizacional e Colonial no Olhar de Frantz Fanon e Sigmund Freud**. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2020 v. 40 (n.spe), e230245, 1-14.

DORE, R. AFINAL, **O QUE SIGNIFICA O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI?**. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez., 2014.

DOSSIÊ intolerâncias: visível e invisíveis no mundo digital. *Comunica que muda*, [São Paulo]: Nova/sb, [2016]. Acesso em: 29 de março 2024. Disponível em: <https://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social**. IN: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.128, p.104-122, Abril. 2017.

FANON, F. (2005). **Os condenados da terra** (E. Rocha & L. Magalhães, Trads.).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, M. L. **Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder**. Revista Fim do Mundo, nº 1, jan/abr 2020.

FONSECA, F. **Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho – dezembro de 2011, pp. 41-69.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens**, in: Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006, 320 páginas.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a Educação Básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GORENDER, J. **Coerção e consenso na política**. Artigos Assinados, Estud. av. 2 (3) Dez 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. V. 2**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. V. 3. 6**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. 1975. **Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana**. Turim: Einaudi.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. I.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006. 349 p.

HEIM, D., HUNTER, SC E JONES, R. (2011). **Discriminação percebida, identificação, capital social e bem-estar: relações com a saúde física e sofrimento psicológico em uma amostra de comunidade étnica minoritária do Reino Unido**. *Jornal de Psicologia Transcultural*, 42(7), 1145-1164.

HELLER, M. I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo. Temporalis**. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun de 2001a, p. 9-31.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Otávio. **A questão social. São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 5, 1991, p. 2-10.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Prestação de Serviços à comunidade: impacto e (in)visibilidade no cumprimento da pena/medida alternativa.** Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

LEAL, Fernando. **A ética é frágil: o bem é não.** Em: KARAMJIT, S. Gill. (Ed.). Sociedade da Informação: novos meios de comunicação, ética e Pós-modernismo. Londres: Springer, 1996.

LEMOS, Amanda dos Santos. **Criminalização da pobreza e a culpabilização do pobre.** In: PUNIÇÃO e Prisão: Ensaio crítico. 2015.

LEMOS, André. **Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura.** Galáxia, v. 4, n. 8, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes.** de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Editora Contexto, 2014. 224.

MARQUES, A. R. R. CÉSAR, M. J. BARROS, A. R. **Neoliberalismo, reestruturação do Estado e bases para a consolidação da supremacia burguesa no Brasil.** Interterritórios | Revista de Educação.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes. 2.ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGLIOLI, J. **Dominação burguesa nas sociedades modernas.** CRÍTICA MARXISTA, 2010.

MOANE, B. (2003). **Unindo o Pessoal e o Político: Práticas para uma Psicologia da Libertação**. *Jornal Americano de Psicologia Comunitária*, 31(1/2), 91-101.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “**Questão Social**” e seu enfrentamento. São Paulo, *Serviço Social e Sociedade*, n. 110, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social no Brasil**. In. 2006.

MONTELLO, M. V. **A IDEOLOGIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA**. 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed. – São Paulo. Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo : Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

ODALIA, N. **O que é violência**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Graziela de. **Jovens negros no Brasil: civilização e barbárie**. São Paulo. Cortez, 2017. Coleção questões da nossa época; vol. 60.

OLIVEIRA, L. F. **Questão social e criminalização da pobreza: o senso comum penal no Brasil**. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2019 _ n. 43, v. 17, p. 108 - 122.

OLSSON, G. CASTALDI, V. **A VIOLÊNCIA LEGÍTIMA SELETIVA: UMA ANÁLISE SOBRE O “PODER SOBRE” DO ESTADO NA REALIZAÇÃO DO CONTROLE PENAL**. *Revista DIREITO UFMS | Campo Grande, MS | v.4 | n.1 | p. 195 - 208 | jan./jun. 2018*.

PASCHOAL, A. M. (org). **IV Caderno de Serviço Social; questão social e contemporaneidade**. Cascavel: Edunoeste, 2006, p. 13-29.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRILLELTENSKY, I. (2008). **O papel do poder no bem-estar, na opressão e na libertação, a promessa de validade psicopolítica**. *Jornal de Psicologia Comunitária*, 36(2), 116-126.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. pp. 199-213.

QUEIROZ, M. **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO POLÍTICA**. CURITIBA, 2013.

RICUPERO, Bernardo. **O conservadorismo difícil**. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. *Revendo o pensamento conservador*. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

ROCAMORA, G. **A CONTROVÉRSIA SOBRE A “BURGUESIA NACIONAL”:**
CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA O ESTUDO DA BURGUESIA
DEPENDENTE BRASILEIRA. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.1, p.103-130, abr. 2022.

SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas, do homem ao mito político: a desconstrução de uma imagem (1930-1945)**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, C. F. S. **A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE**. ENESS, 2018. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

SANTOS, L.R.S. **Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação**. R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 99-108, jan./abr. 2021.

SILVA, Johnny Clayton Fonseca da; SARDINHA, Laíza da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Operações policiais e COVID-19 nas favelas: quando o seguro não é ficar em casa**. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 220- 238jan./jun. 2020.

SILVA, S. M. P. **Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie**. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, maio/ago. 2020.

SIMIONATTO, I. **Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação**. R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.

SOARES, L. T. R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Hugo. **PL compõe 1/4 da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados. DE OLHO NOS RURALISTAS**. 26/04/2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>. Acesso em: 27 de fev. 2024.

SOUZA, J. M. A. **CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES**. ENESS, 2018. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2016.

STOER, S. R. **A GENÉTICA CULTURAL DA REPRODUÇÃO**. Educação, Sociedade & Culturas, n.º 26, 2008, 85-90.

STOTZ, E.N. (2005). **Pobreza e capitalismo**. In V.V. Valla, V.V.; E.N. Stotz, & E.B. Algebaile. Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública.

TAVARES, F. C. HEGEMONIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: **A TEORIA POLÍTICA DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE**. Rev. de Movimentos Sociais e Conflitos | e-ISSN: 2525-9830 | Porto Alegre | v. 4 | n. 2 | p. 23 – 44 | Jul/Dez. 2018.

TEIXEIRA, R. C. EBELING, F. C. R. **FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA**. A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

VALLA, V. (2005). **Globalização, a questão social e a nova pobreza**. In V.V. Valla, V.V.; E.N. Stotz, & E.B. Algebaile. Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública.

VARES, S. **A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930**. Revista História: Debates e Tendências – v.11, n1. jan/jul 2011 – Publicado no 1º semestre de 2012. Passo Fundo, 2012.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria no Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

XIMENES, V. M. NEPOMUCENO, B. B. CIDADE, E. C. JÚNIOR, J. F. M. **Implicações psicossociais da pobreza : diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.